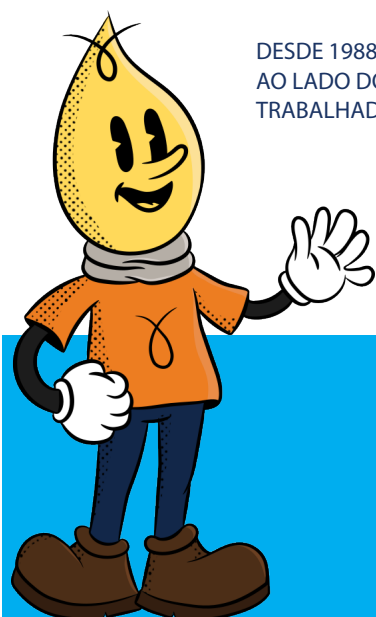




DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Intercel e Celesc fazem
reunião para debater
agenda do ACT
Página 3



Sinergia participa
de seminário sobre
crise climática
Página 2



NR-1

Defender a vida também é cumprir a NR-1

NORMA REFORÇA A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS DE PREVENIR ACIDENTES, COMBATER FATORES QUE ADOECEM OS TRABALHADORES E GARANTIR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO

A atualização mais recente da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) entrou em vigor em 26 de maio de 2026. A Norma estabelece as diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho e representa um avanço importante para a proteção da classe trabalhadora. Para a categoria elétrica, que atua exposta a riscos elétricos, acidentes, sobrecarga física e pressão por produtividade, a norma reforça um princípio fundamental: A **prevenção** deve estar no centro da organização do trabalho.

Entre as mudanças mais relevantes promovidas em maio, está a obrigatoriedade de as empresas identificarem, avaliarem e adotarem medidas para prevenir também os riscos psicossociais, como o assédio moral, a cobrança excessiva por metas, jornadas exaustivas, conflitos organizacionais e outros fatores que podem comprometer a saúde mental dos trabalhadores. **As empresas de energia de Santa Catarina, de maneira geral, pouco têm falado e mostrado aos trabalhadores sobre esse tema.**

No setor elétrico, onde as atividades exigem alto nível de concentração e decisões rápidas, preservar a saúde física e psicológica é questão de segurança coletiva. Um ambiente de trabalho adoecido aumenta o risco de erros, acidentes e afastamentos, prejudicando não apenas os trabalhadores, mas também a qualidade dos serviços prestados à população.

A NR-1 reforça que cabe às empresas promover ambientes de trabalho seguros e saudáveis, identificando perigos, eliminando riscos e ouvindo os trabalhadores sobre as condições reais em que as atividades são executadas. A participação das CIPAs, dos sindicatos e dos próprios empregados é fundamental para que essas medidas não fiquem apenas no papel.

Para a Intercel e a Intersul, a atualização da norma fortalece uma pauta histórica: A defesa da vida acima do lucro. Garantir condições dignas de trabalho, combater práticas de gestão que adoecem os trabalhadores e exigir o cumprimento das normas de segurança são responsabilidades que devem fazer parte da rotina das empresas.

CUT promove evento sobre NR-1

Centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vêm promovendo seminários sobre a NR-1. A CUT, por exemplo, promoverá no dia 28 de julho, o seminário "Riscos Psicossociais no Trabalho e a NR-01: Desafios e Perspectivas para a Ação Sindical na Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras".

A iniciativa pretende ampliar o conhecimento sobre as mudanças na NR-1, especialmente em relação à obrigação das empresas de identificar, avaliar e gerenciar os riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

Durante o seminário, especialistas, representantes de instituições e dirigentes sindicais discutirão os impactos desses fatores sobre a saúde física e mental da classe trabalhadora. A atividade também buscará fortalecer a capacidade dos sindicatos de identificar situações de risco, acompanhar as medidas adotadas pelas empresas, negociar mudanças e cobrar o cumprimento da legislação.

Entre os objetivos estão ainda a troca de conhecimentos técnicos e jurídicos sobre a implementação da NR-1 e a apresentação de instrumentos que possam ajudar sindicatos, CIPAs e representações nos locais de trabalho a prevenir o adoecimento e defender ambientes laborais seguros e saudáveis.

Para a secretária nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT, Josivania Ribeiro, o seminário ocorre em um momento importante para garantir que as mudanças previstas na norma sejam conhecidas e efetivamente aplicadas nos locais de trabalho: "A atualização da NR-1 representa um avanço importante para a proteção da saúde de trabalhadores e trabalhadoras, ao reconhecer os riscos psicossociais como parte das responsabilidades das empresas. Embora a norma esteja em vigor, sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios, especialmente diante das resistências de parte do setor patronal e da necessidade de ampliar o conhecimento sobre seu conteúdo", afirma.

O que estabelece a NR-1

A atualização da NR-1 incorporou formalmente os riscos psicossociais ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, o GRO. Com isso, as empresas devem reconhecer e avaliar não somente riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, mas também situações ligadas à organização e à gestão do trabalho que possam provocar sofrimento e adoecimento mental.

Desde 26 de maio **as empresas podem ser fiscalizadas e eventualmente multadas pelo descumprimento dessas obrigações**. A mudança havia entrado em vigor anteriormente, mas foi estabelecido um período para que empregadores adaptassem procedimentos, revisassem políticas internas e incorporassem os riscos psicossociais aos seus programas de saúde e segurança.

O principal instrumento desse processo é o Programa de

Gerenciamento de Riscos, o PGR. O documento deve apresentar o inventário dos riscos existentes, os critérios utilizados na avaliação e um plano com medidas para eliminar, reduzir ou controlar os problemas identificados.

A exigência não pode ser atendida apenas com documentos formais. As empresas precisam analisar as condições reais em que o trabalho é realizado, ouvir os trabalhadores e acompanhar continuamente se as medidas de prevenção estão funcionando.

A norma também amplia a participação dos trabalhadores e das entidades sindicais. Trabalhadores têm direito de participar da identificação e da avaliação dos riscos, apontar falhas nas medidas adotadas e comunicar situações que possam colocar sua saúde em perigo.

Os sindicatos, por sua vez, podem solicitar e analisar o gerenciamento de riscos das empresas para verificar se os fatores psicossociais relacionados às atividades profissionais foram identificados e se existem medidas concretas de prevenção.

Para a CUT, a incorporação desses riscos representa uma mudança importante porque o sofrimento mental deixa de ser tratado exclusivamente como uma fragilidade ou um problema individual. A organização do trabalho, as formas de gestão, as condições oferecidas pelas empresas e as relações estabelecidas nos ambientes laborais passam a fazer parte da análise das causas do adoecimento.

E a terceirização?

A atualização da NR-1, a partir de maio de 2026, reforça que **a terceirização não afasta a responsabilidade** da empresa contratante pela segurança e pela saúde de todos os trabalhadores que atuam em suas dependências. A contratante deverá incluir em seu Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) as medidas de prevenção aplicáveis às empresas terceirizadas, promover a troca de informações sobre os riscos ocupacionais — inclusive os ergonômicos e psicossociais — e coordenar, em conjunto com as contratadas, as ações preventivas relacionadas à interação entre as atividades. Assim, trabalhadores próprios e terceirizados devem receber proteção efetiva e integrada, não sendo admissível transferir exclusivamente à prestadora a responsabilidade pelos riscos existentes no ambiente de trabalho. (NR-1, item 1.5.8).

Os sindicatos da Intercel e da Intersul seguirão cobrando a aplicação efetiva da NR-1 nas empresas de energia em Santa Catarina.

Com informações da CUT Brasil

Sinergia participa de seminário sobre crise climática e trabalho seguro

Evento que debateu os impactos da crise climática sobre a classe trabalhadora mostrou que o trabalhador que atende a população está completamente desprotegido



O Sinergia participou entre os dias 15 e 17 de julho, em Porto Alegre, do Seminário Crise Climática, Serviços Públicos e Trabalho Seguro. O evento reuniu sindicatos de todo o País e especialistas para debater os impactos da crise climática sobre os trabalhadores e os serviços públicos. Um dos destaques é a troca de experiências com dirigentes sindicais do Rio Grande do Sul, que compartilharam os desafios enfrentados durante as enchentes de 2024.

O encontro abordou temas como justiça climática, transição justa, saúde e segurança no trabalho, negociação coletiva e elaboração de planos de preparação, prevenção e respostas a emergências.

De acordo com a dirigente do Sinergia, Cecy Marimon, esse debate “é fundamental para a categoria eletricitária pois, em eventos climáticos extremos, aumentam os riscos da atividade laboral e reforçam a necessidade de investimentos em prevenção, segurança no trabalho e fortalecimento dos serviços públicos de energia”. Cecy relata que o evento foi promovido pela Internacional de Serviços Públicos (ISP Brasil) e tem como objetivo “construir propostas que contribuam para a preparação das entidades sindicais e dos serviços públicos frente ao aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos”.

Outro tema discutido foi a necessidade de incluir a preparação para eventos climáticos nas negociações coletivas, estabelecendo protocolos de emergência, medidas de proteção aos trabalhadores, planos de contingência, investimentos em infraestrutura resiliente e ações voltadas à saúde física e mental das categorias expostas aos riscos decorrentes das mudanças climáticas.

“A crise climática foi vista por muitos

anos apenas no aspecto ambiental. Nós precisamos compreender esse problema hoje como algo que afeta a toda a classe trabalhadora e precisamos incluir essa questão nos dispositivos dos Acordos Coletivos. O trabalhador que atende a população está totalmente desprotegido”, afirma Caroline Borba, também dirigente do Sinergia.



Além das palestras sobre o tema, foram realizadas oficinas para captar as demandas das categorias frente aos eventos climáticos extremos, além de buscar subsídios para implantação de um plano de atuação sindical para prevenção, preparação para atuação durante e após eventuais catástrofes socioambientais. A sistematiza-

ção do seminário, incluindo o resultado das oficinas, será disponibilizado pela ISP às entidades participantes.

Sobre a ISP

A Internacional de Serviços Públicos (ISP) é uma federação sindical mundial que reúne sindicatos de trabalhadores dos serviços públicos para fortalecer a defesa dos direitos da classe trabalhadora e promover a solidariedade internacional. Fundada em 1907, a organização nasceu com o objetivo de conectar as lutas dos trabalhadores em diferentes países e, atualmente, atua em todos os continentes por meio de escritórios regionais.

Com sede em Ferney-Voltaire, na França, a ISP representa 700 sindicatos filiados, presentes em 154 países, reunindo cerca de 30 milhões de trabalhadores. Entre suas principais bandeiras estão a defesa dos serviços públicos de qualidade, da negociação coletiva, da democracia, dos direitos trabalhistas e do combate às privatizações e à precarização do trabalho.

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e região – **SINERGIA**, com sede em Florianópolis, na Rua Lacerda Coutinho nº 149, Centro; do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí - **SINTEVI**, com sede em Blumenau, na Rua Bahia nº 2552, Bairro Salto; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina - **SINTRESC**, com sede em Capivari de Baixo, na Av. Nereu Ramos nº 326, Centro; do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina - **SINDINORTE**, com sede em Joinville, na Rua Max Colin nº 2368, Bairro Glória; e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages - **STIEEL**, com sede em Lages, na Rua Ernesto Neves nº 18, Centro, na forma de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAM** os empregados da **CELESC Distribuição S.A** da base territorial dos respectivos Sindicatos, associados e não associados, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária ESTADUAL**, a realizar-se no Parque Diamante, localizado na rua General Oswaldo Pinto da Veiga, n. 01, Centro, na cidade de Capivari de Baixo/SC, no dia 01/08/2026 (sábado), às 8h30min, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 09h00min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1 – Unificação das cláusulas da **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES** da categoria eletricitária, aprovadas nas Assembleias Regionais dos respectivos sindicatos, a ser apresentada à CELESC, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027;
- 2 – Definição dos encaminhamentos pertinentes à campanha salarial dos eletricitários;
- 3 – Autorização aos sindicatos para o ajuizamento de Protesto Judicial e/ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 4 – Encaminhamentos.

Lucas Henrique da Silva
Coordenador Geral SINERGIA

Douglas Dutra Silva
Presidente do SINTEVI

Luciano Marcos Antunes Pinto
Coordenador SINTRESC

Antônio Cesar de Sousa Correa
Presidente do STIEEL

Ailton Communello
Presidente do SINDINORTE-SC

Diretoria Executiva do Sinergia



FIQUE POR DENTRO
DAS NOVIDADES

Cerej: Assembleias são realizadas nessa semana

O Sinergia promove nessa quarta e quinta-feira, dias 22 e 23, as Assembleias de apreciação da contraproposta ao Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 com os trabalhadores da Cerej. Assim como nas assembleias anteriores, as reuniões ocorrerão na sede da cooperativa, em Biguaçu, e nos postos de atendimento de Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal.



Reunião sobre representação sindical é adiada a pedido da Setup

Na tarde dessa terça-feira, dia 21, seria realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina (SRTE/SC) uma reunião para tratar da representação dos trabalhadores que atuam na rede elétrica da Setup na Grande Florianópolis pelo Sinergia. Para o sindicato, a regular reresentação desses trabalhadores é fundamental para poder bem representá-los e seguir ajudando para que tenham condições de trabalho dignas. A reunião foi desmarcada, contudo, ainda na terça-feira, a pedido da Setup, que solicitou uma nova data para o encontro. Em contato com a SRTE, o Sinergia solicitou que a reunião seja marcada impreterivelmente para a próxima semana.

Sinergia participa de lançamento de campanha de data-base dos Correios

O Sinergia participou na terça-feira, dia 21, do lançamento da Campanha Salarial 2026/2027 e Mobilização em Defesa dos Correios Públicos. O ato foi realizado em frente à antiga sede dos Correios, na Praça XV, no centro da capital.



TRIBUNA LIVRE | Por Nelson Karam, economista, coordena estudos e pesquisas sobre transição justa, trabalho e meio ambiente do DIEESE

A transição energética em Santa Catarina

Um dos grandes desafios globais é enfrentar os desafios em relação ao meio ambiente. As mudanças climáticas, que vêm produzindo eventos extremos, como inundações, secas, calor excessivo e ciclones, muito frequentes também em Santa Catarina, é um dos sintomas desta ferida ambiental, que vem acompanhada pelo aumento da poluição do ar, dos lençóis freáticos e do mar, da crescente perda de biodiversidade terrestre, com o desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais.

O agravamento desta situação, com a iminência de não reversão, vem levando organizações multilaterais e países a promoverem um conjunto de transformações em suas economias, com o intuito de estancar os prejuízos planetários.

Uma destas frentes de atuação, para a reparação ambiental, é a transição energética. O setor de energia é o motor que impulsiona as atividades econômicas, entretanto, a grande maioria dos países utiliza combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás) para a geração de energia, elevando as emissões de gás carbônico na atmosfera, um dos grandes vilões do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Para enfrentar este problema, muitos países passaram a substituir as fontes de geração de energia a base de combustíveis fósseis para outras fontes renováveis e limpas, como a eólica e solar. Esta mudança ganhou o nome de transição energética.

Ocorre que esta mudança no modo de produzir energia, ao atender demandas ambientais, impacta comunidades e trabalhadores, requerendo intervenções do poder público para dar maior segurança social, em termos de proteção ao emprego e renda aos afetados pelas mudanças. Por esta razão, os sindicatos criaram o conceito da transição energética justa, como forma de incluir a dimensão social no enfrentamento das questões ambientais e econômicas.

Santa Catarina tem sérios problemas ambientais, como uma das mais baixas coberturas na coleta de esgoto do país

e cerca de 438 mil pessoas vivendo em áreas de risco geológico, o que corresponde a 5,4 % da população total. Além disso, sua economia está assentada na produção agrícola com uso intensivo de agrotóxicos e desmatamento crescente.

O governo estadual promulgou, em janeiro de 2022, a lei 18.330 que trata de estabelecer algumas diretrizes para a transição energética no estado. Em que pese a matriz elétrica do estado ter o predomínio da geração por hidroelétricas, há na região Sul de Santa Catarina a geração de energia por meio de uma termoeletrica a base de carvão, que impulsiona a indústria de extração e beneficiamento deste mineral fóssil.

A efetivação de uma transição energética em Santa Catarina, deveria levar a uma desmobilização da produção de energia a base do carvão, implicando no fechamento e/ou reconversão da termoeletrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, assim como o descomissionamento das minas de carvão nos municípios de Lauro Muller, Treviso, Içara e Siderópolis. Sem um plano de transição, o encerramento destas atividades desempregaria eletricitários, mineiros e um conjunto de trabalhadores que dependem da atividade do carvão, como trabalhadores do transporte (inclusive ferroviário), manutenção, produção de cimento, além de afetar a arrecadação fiscal destes municípios. Estudo do DIEESE¹ indica que o encerramento das atividades do carvão na Região Sul do Brasil desempregaria cerca de 36 mil trabalhadores e traria uma perda de arrecadação de impostos da ordem de R\$ 1,6 bi.

Um Plano de Transição Energética Justa para Santa Catarina tem que enfrentar, ao mesmo tempo, os desafios ambientais e econômicos, sem virar as costas para os impactos sociais. O emprego, a inclusão social, a redução das desigualdades e a distribuição da riqueza, tem que ser parte da solução. O processo de transição energética do governo estadual não tem dado garantias de que será uma transição justa.

A construção de um plano demanda muito diálogo social

Intercel se reúne com Direção da Celesc para construir agenda

Encontro com o presidente foi realizado na semana passada. Entrega da Pauta de Reivindicações ficou marcada para o dia 5 de agosto



Conforme divulgado no Boletim da Intercel 267, na última quinta-feira, 16 de julho, foi realizada a reunião entre os sindicatos da Intercel e o presidente da Celesc, Edson Moritz. No encontro, ficou definido que no dia 5 de agosto será realizada a entrega da Pauta de Reivindicações da categoria à Diretoria da Celesc. Também ficou agendada para o dia 12 de agosto a primeira reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027.

Antes disso, nessa semana, os sindicatos visi-

tam os postos de trabalho em todo o estado com a Caravana da Intercel. A Caravana, neste ano, está sendo realizada pelos sindicatos nas suas bases - diferente do que ocorreu nos anos anteriores. É muito importante a participação dos trabalhadores nesses encontros pois é ali que os sindicatos fazem uma apresentação de como estão vendo o cenário para as negociações e também uma visão sobre o momento político nacional e estadual. Entre as bandeiras de luta da campanha de data-base desse ano estão a manutenção da Celesc Pública, a garantia de emprego, a liberação de dirigentes sindicais, a isonomia, a manutenção do ACT com avanços e a revisão e recomposição do quadro de dotação.

A Assembleia Estadual que unificará a Pauta de Reivindicações será realizada no sábado da próxima semana (dia 1º de agosto), a partir das 9h, em Capivari de Baixo.

e negociação, algo que o governo do estado não se mostra disposto a fazer, assim como as empresas. É minoritária a representação dos sindicatos e da sociedade civil nas instâncias de formulação e acompanhamento do Plano, os acordos e convenções coletivas no setor de energia não incluem cláusulas sobre transição justa. Assim como não há transparência nos recursos envolvidos para execução das ações², nem sinalização sobre as políticas públicas que serão implementadas para a transição.

As experiências internacionais bem-sucedidas de transição energética indicam que é fundamental a diversificação produtiva nas regiões afetadas, bem como, o adensamento de cadeias produtivas locais que possam gerar renda e empregos verdes de qualidade. O estado de Santa Catarina poderia aproveitar as sólidas bases estaduais do setor elétrico para impulsionar a geração de equipamentos e tecnologia para energias renováveis. A Celesc pública tem um papel central na estratégia de coordenação da transição energética no estado, melhorando a eficiência energética, ampliando o acesso e reduzindo o custo da energia para os consumidores finais.

As mudanças climáticas já vêm afetando os trabalhadores por meio da alta dos preços dos produtos da cesta básica, dos problemas de saúde diante da maior exposição ao calor, a transição energética não pode ampliar estes impactos ao trabalho, por esta razão a participação democrática de todos os atores envolvidos é fundamental para encontrar os mapas do caminho com justiça climática e social.

Referências:

¹ Possíveis impactos do encerramento das atividades ligadas a extração de carvão na região Sul do Brasil: uma estimativa a partir da matriz insumo-produto, 2022;

² Em julho de 2025, através da Lei 19.364, o governo do estado criou o Fundo Estadual para Transição Justa.

Obras de Hassis são apresentadas pela primeira vez no Museu Histórico de SC

Exposição “Entre o Instante e a Eternidade” reúne alguns trabalhos do artista que ninguém nunca viu; abertura da mostra será no sábado, dia 25



Escola de Samba é uma das obras de Hassis que integram a exposição

A segunda exposição que integra o projeto Hassis 100 Anos será aberta no sábado, dia 25 de julho, no Museu Histórico de Santa Catarina, no Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis. Com curadoria de Luciana Paulo Corrêa e Monique Fonseca, “Entre o Instante e a Eternidade” vai reunir algumas obras do artista que nunca foram expostas ao público.

A abertura será às 10h30, e a entrada é gratuita.

Realizadas em suportes como tela, papel kraft e plástico, as 18 obras pictóricas pertencentes ao acervo da Fundação Hassis evidenciam a diversidade de materiais explorados pelo artista. As pinturas revelam diferentes momentos da produção de Hassis e ampliam as possibilidades de leitura da obra.

Segundo a curadora Monique Fonseca, cerca de 80% das obras nunca foram exibidas antes e são resultado de pesquisa aprofundada no acervo da Fundação. “O processo de seleção das obras envolveu uma ampla pesquisa com o propósito de revelar trabalhos pouco conhecidos e oferecer novas leituras sobre a produção do artista. Esta é uma oportunidade singular de conhecer facetas ainda pouco exploradas de Hassis”, compartilha.

Embora marcada pelo ineditismo, a exposição também contempla temas emblemáticos da trajetória do artista. Entre eles, obras dedicadas a Florianópolis e à sua paisagem, como “Vento Sul e Chuva”, pintada em 1957 e considerada uma obra símbolo. Também estão presentes séries que abordam Carnaval, religiosidade e outros temas recorrentes.

Ao propor o título “Entre o Instante e a Eternidade”, a curadoria reconhece o lugar singular que Hassis ocupa: uma obra que não pertence apenas ao passado, mas que continua a alcançar o presente com a mesma força. Para Monique Fonseca, a expectativa é que o público se surpreenda ao visitar a mostra. “A exposição não foi concebida

como retrospectiva, mas como experiência que mostra a atualidade de Hassis. E se ao final da visita o público sentir que esteve diante de um artista cuja obra permanece viva, capaz de emocionar, provocar e encantar cem anos depois de seu nascimento, teremos alcançado nosso principal objetivo”, afirma.

Essa não será a primeira vez que obras de Hassis serão apresentadas no Museu Histórico de Santa Catarina. O artista já participou de duas individuais no local, em 1990, com “Contestado – Terra Contestada”, e em 1991, com “Fara do Boi”.

A exposição “Entre o Instante e a Eternidade” abre às 10h30 do sábado, dia 25 de julho, no Museu Histórico de Santa Catarina, no Palácio Cruz e Sousa, localizado na Praça XV de Novembro, 227, no Centro de Florianópolis. A mostra poderá ser visitada de terça a sexta, das 10h às 18h, e aos sábados e domingos, das 10h às 17h, até março de 2027.

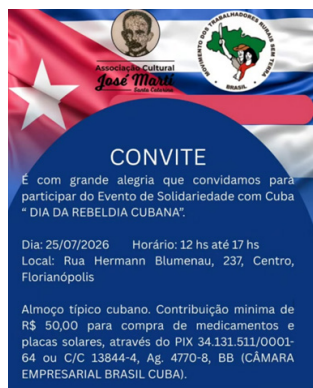
Hassis 100 Anos

Em julho outras duas exposições do projeto que celebra o centenário do nascimento do artista serão abertas. No dia 29, o Instituto Collaço Paulo – Centro de Arte e Educação abre a exposição “Diários Afetivos”, com curadoria de Alice Viana Bononi e no dia 30, a Fundação Hassis fará a abertura da mostra interativa “Hassis Brincante”. A programação completa do projeto Hassis 100 Anos está disponibilizada no perfil @fundacaohassis no Instagram.

Associação promove evento de solidariedade a Cuba

Dia da Rebelião Cubana será realizado nesse sábado, dia 25, em Florianópolis

A Associação Cultural José Martí Santa Catarina promoverá nesse sábado, dia 25, o Evento de Solidariedade a Cuba “Dia da Rebelião Cubana”. O encontro será um almoço típico cubano (o prato será a “ropa vieja” e ha-



verá também bebida e música cubana), com objetivo de arrecadar fundos para a compra de medicamentos e placas solares a Cuba, país que vem sofrendo com o embargo econômico e social ainda mais forte a partir do governo de Donald Trump.

O almoço será realizado na Rua Hermann Blumenau, 237, no centro de Florianópolis. A **contribuição mínima será de R\$ 50** para a compra de medicamentos e placas solares, através do **PIX 34.131.511/0001-65** ou da conta corrente 13844-4, agência 4770-8, Banco do Brasil (Câmara Empresarial Brasil Cuba). Mais informações pelo telefone (48)9.9981.2370.

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

Neste sábado, dia 25, é celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, data que reafirma a importância da luta das mulheres negras por liberdade, igualdade e justiça social. Líder do Quilombo do Quariterê, no século XVIII, Tereza de Benguela tornou-se símbolo de resistência ao organizar e governar uma comunidade que enfrentou a escravidão e a opressão.

Mais do que uma homenagem histórica, a data convida à reflexão sobre os desafios que ainda persistem. No mundo do trabalho, as mulheres negras seguem enfrentando desigualdades, discriminação e



maiores dificuldades de acesso a oportunidades e direitos. Por isso, celebrar Tereza de Benguela também é fortalecer a defesa do trabalho digno, da valorização dos serviços públicos, da igualdade de oportunidades e da organização coletiva como instrumentos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e democrática.